

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	10
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	19
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	55
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	56

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	61
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	63

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.786
Preferenciais	37.680
Total	86.466
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2013	Dividendo	30/04/2013	Ordinária		64,42182
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2013	Dividendo	30/04/2013	Preferencial	Preferencial Classe A	70,86401
Reunião do Conselho de Administração	20/05/2013	Dividendo	22/05/2013	Ordinária		23,61138
Reunião do Conselho de Administração	20/05/2013	Dividendo	22/05/2013	Preferencial	Preferencial Classe A	25,97252
Assembléia Geral Extraordinária	20/08/2013	Dividendo	22/08/2013	Ordinária		19,99130
Assembléia Geral Extraordinária	20/08/2013	Dividendo	22/08/2013	Preferencial	Preferencial Classe A	20,99043

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	223.050	199.852
1.01	Ativo Circulante	27.227	20.637
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.236	6.115
1.01.01.01	Caixa Geral	391	423
1.01.01.02	Bancos conta movimento	1.980	2.053
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	6.865	3.639
1.01.03	Contas a Receber	10.458	10.181
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.458	10.181
1.01.03.02.01	Créditos Tributários	418	415
1.01.03.02.04	Contas a receber	9.595	9.084
1.01.03.02.05	Adiantamento à Fornecedores	445	682
1.01.04	Estoques	609	322
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.491	2.977
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	3.491	2.977
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.433	1.042
1.01.08.03	Outros	3.433	1.042
1.01.08.03.01	Outras contas a receber	1.220	927
1.01.08.03.02	Indenizações a receber	2.213	115
1.02	Ativo Não Circulante	195.823	179.215
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.672	3.023
1.02.01.03	Contas a Receber	1.714	1.085
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.714	1.085
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.958	1.938
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	1.958	1.938
1.02.03	Imobilizado	4.460	3.445
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.460	3.445
1.02.03.01.01	Imobilizado	4.460	3.445
1.02.04	Intangível	187.691	172.747
1.02.04.01	Intangíveis	187.691	172.747
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	187.691	172.747

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	223.050	199.852
2.01	Passivo Circulante	42.456	37.295
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.944	3.478
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.944	3.478
2.01.01.02.01	Salários, Provisões e Contribuições	3.944	3.478
2.01.02	Fornecedores	1.320	1.391
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.320	1.391
2.01.02.01.01	Fornecedores	1.320	1.391
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.923	10.973
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.924	9.886
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.312	9.242
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e Contribuições	612	644
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	25	17
2.01.03.02.01	ICMS	25	17
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	974	1.070
2.01.03.03.01	ISS	974	1.070
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	19.221	14.945
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	10.486	9.075
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	10.486	9.075
2.01.04.02	Debêntures	8.735	5.870
2.01.04.02.01	Debêntures	8.735	5.870
2.01.05	Outras Obrigações	7.733	6.188
2.01.05.02	Outros	7.733	6.188
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	5.329	4
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	1.609	1.986
2.01.05.02.05	Outras obrigações	795	4.198
2.01.06	Provisões	315	320
2.01.06.02	Outras Provisões	315	320
2.01.06.02.04	Provisões para manutenção	315	320
2.02	Passivo Não Circulante	47.409	53.285
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	41.072	47.158
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	33.404	39.490
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	33.404	39.490
2.02.01.02	Debêntures	7.668	7.668
2.02.01.02.01	Debêntures	7.668	7.668
2.02.03	Tributos Diferidos	2.150	1.630
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.150	1.630
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.150	1.630
2.02.04	Provisões	4.187	4.497
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.274	2.363
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	20
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.381	1.415
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	893	928
2.02.04.02	Outras Provisões	1.913	2.134
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	1.913	2.134

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03	Patrimônio Líquido	133.185	109.272
2.03.01	Capital Social Realizado	63.320	54.400
2.03.02	Reservas de Capital	5.432	7.801
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.596	3.596
2.03.02.07	Reserva para aumento de capital	1.836	4.205
2.03.04	Reservas de Lucros	64.433	47.071
2.03.04.01	Reserva Legal	1.949	2.419
2.03.04.02	Reserva Estatutária	5.357	5.430
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	57.127	39.222

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	55.102	155.355	46.980	144.371
3.01.01	Receita de Serviços	48.657	140.642	45.146	129.972
3.01.02	Receita de Construções	10.671	26.931	5.755	25.688
3.01.03	PIS	-318	-920	-295	-850
3.01.04	COFINS	-1.469	-4.248	-1.363	-3.925
3.01.05	ISS	-2.439	-7.050	-2.263	-6.514
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-25.089	-68.659	-17.861	-61.702
3.02.01	Custo de Serviços	-14.418	-41.728	-12.106	-36.014
3.02.02	Custo de Construções	-10.671	-26.931	-5.755	-25.688
3.03	Resultado Bruto	30.013	86.696	29.119	82.669
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.928	-14.729	-4.316	-12.986
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.482	-13.349	-3.959	-11.662
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-4.482	-13.349	-3.959	-11.662
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	138	614	113	346
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	138	614	113	346
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-584	-1.994	-470	-1.670
3.04.05.02	Depreciação	-156	-423	-89	-380
3.04.05.03	Outras	-28	-278	0	0
3.04.05.04	Participação nos Lucros e Resultados - Empregados	-400	-1.293	-381	-1.290
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	25.085	71.967	24.803	69.683
3.06	Resultado Financeiro	-7.601	-12.417	-11.469	-14.917
3.06.01	Receitas Financeiras	148	425	37	322
3.06.01.01	Receitas Financeiras	148	425	37	322
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.749	-12.842	-11.506	-15.239
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-892	-3.283	-1.169	-2.412
3.06.02.02	Remuneração Debenturistas	-6.857	-9.559	-10.337	-12.827
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.484	59.550	13.334	54.766

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.026	-20.567	-4.827	-19.580
3.08.01	Corrente	-5.902	-20.046	-4.822	-18.471
3.08.02	Diferido	-124	-521	-5	-1.109
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.458	38.983	8.507	35.186
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.458	38.983	8.507	35.186
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	139,67906	475,22331	103,717	428,94807
3.99.01.02	ON	126,98096	432,02119	94,2882	389,95279
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	139,67906	475,22331	103,717	428,94807
3.99.02.02	ON	126,98096	432,02119	94,2882	389,95279

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	11.458	38.983	8.507	35.186
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.458	38.983	8.507	35.186

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	45.939	38.141
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	54.490	47.590
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	38.983	35.186
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	13.523	9.436
6.01.01.03	Baixa Depreciação, Amortização e Intangível	-1.290	-252
6.01.01.04	Provisão para Contingências	-89	-56
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social	520	1.032
6.01.01.06	Provisão para Recapeamento	-226	-265
6.01.01.07	Juros e Encargos Financeiros	3.069	2.509
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.551	-9.449
6.01.02.01	Despesas Antecipadas	-514	99
6.01.02.02	Contas a receber	-511	-1.142
6.01.02.03	Adiantamento a Fornecedor	237	-222
6.01.02.04	Estoques	-287	-502
6.01.02.05	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-20	-41
6.01.02.06	Outros Circulantes	-3.022	-8.080
6.01.02.09	Salários, Provisões e Contribuições	928	686
6.01.02.10	Fornecedores	-71	-1.214
6.01.02.11	Impostos a Recolher	-1.050	1.127
6.01.02.12	Participação nos Lucros dos Resultados	-462	-200
6.01.02.13	Outras Obrigações a pagar	-3.779	40
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-28.192	-28.357
6.02.01	Imobilizado e Intangível	-28.192	-28.357
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.626	-4.273
6.03.01	Empréstimos pagos a Terceiros	-9.187	-7.021
6.03.02	Pagamento de Dividendos	-9.746	-10.404
6.03.03	Empréstimos Obtidos	1.442	7.469
6.03.04	Obrigações a Investidores	2.865	5.683
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.121	5.511
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.115	3.078
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.236	8.589

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	54.400	7.801	47.071	0	0	109.272
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	54.400	7.801	47.071	0	0	109.272
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.920	-4.205	-10.527	-9.258	0	-15.070
5.04.01	Aumentos de Capital	8.920	-4.205	-4.715	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-5.812	-9.258	0	-15.070
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	38.983	0	38.983
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	38.983	0	38.983
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1.836	27.889	-29.725	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	1.836	27.889	-29.725	0	0
5.07	Saldos Finais	63.320	5.432	64.433	0	0	133.185

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	45.700	8.151	33.209	0	0	87.060
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	45.700	8.151	33.209	0	0	87.060
5.04	Transações de Capital com os Sócios	8.700	-4.555	-10.924	-8.357	0	-15.136
5.04.01	Aumentos de Capital	8.700	-4.555	-4.145	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.779	-8.357	0	-15.136
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.186	0	35.186
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.186	0	35.186
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	2.241	24.588	-26.829	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	2.241	24.588	-26.829	0	0
5.07	Saldos Finais	54.400	5.837	46.873	0	0	107.110

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2013 à 30/09/2013	Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	167.911	156.006
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	140.642	129.972
7.01.02	Outras Receitas	27.269	26.034
7.01.02.01	Receitas de Construções	26.931	25.688
7.01.02.02	Outras	338	346
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-54.748	-52.071
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-5.879	-7.079
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.938	-19.304
7.02.04	Outros	-26.931	-25.688
7.02.04.01	Custos de Construções	-26.931	-25.688
7.03	Valor Adicionado Bruto	113.163	103.935
7.04	Retenções	-13.523	-9.506
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.523	-9.506
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	99.640	94.429
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	425	322
7.06.02	Receitas Financeiras	425	322
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	100.065	94.751
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	100.065	94.751
7.08.01	Pessoal	13.018	11.463
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.739	7.729
7.08.01.02	Benefícios	2.091	1.797
7.08.01.03	F.G.T.S.	895	647
7.08.01.04	Outros	1.293	1.290
7.08.01.04.01	Participações de Empregados	1.293	1.290
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	34.893	32.862
7.08.02.01	Federais	27.680	26.070
7.08.02.02	Estaduais	163	278
7.08.02.03	Municipais	7.050	6.514
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.171	15.240
7.08.03.01	Juros	3.283	2.413
7.08.03.02	Aluguéis	329	0
7.08.03.03	Outras	9.559	12.827
7.08.03.03.01	Remuneração de Debenturistas	9.559	12.827
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	38.983	35.186
7.08.04.02	Dividendos	9.258	8.357
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.725	26.829

Comentário do Desempenho

Cenário econômico

A Atividade econômica no terceiro trimestre de 2013 deverá repetir o fraco desempenho observado no início do ano, após forte queda da atividade industrial verificada em julho e da sua estabilidade em agosto. Embora o comércio varejista tenha voltado a apresentar crescimento em agosto em várias atividades, com destaque para os eletrodomésticos, verifica-se ainda um elevado estoque de veículos, que registrou queda pelo terceiro mês consecutivo. Como alguns setores apresentam sinais de desaceleração, reforça-se a tendência de um PIB negativo no terceiro trimestre ou próximo de zero. O avanço do IPCA em setembro não refletiu totalmente a deflação dos alimentos, fato que pode contribuir para sua estabilidade no próximo trimestre, que associado ao crescimento da produção de alguns setores da economia de base (como cimento, por exemplo, cujo consumo cresce em função das obras de infraestrutura) pode amenizar o pessimismo do mercado em geral, caso se confirme o crescimento do PIB no quarto trimestre de 2013.

No Rio de Janeiro, a produção industrial, embora acompanhe a curva de crescimento do Brasil, apresenta índices menores. Enquanto nos últimos 12 meses (até julho/13) a produção industrial no Brasil atingiu 0,6%, no Rio de Janeiro este índice foi de -0,4%. Os setores que mais cresceram neste período foram o farmacêutico (+21%), produtos químicos (+7,4%) e borracha (+7%) cujos fluxos de caminhões não estão diretamente associados à nossa rodovia.

Embora o volume de tráfego de veículos de passeio tenha crescido neste trimestre, a retração observada na atividade econômica continuou a afetar nosso tráfego de caminhões no terceiro trimestre no ano.

Desempenho econômico-financeiro

O tráfego de veículos equivalentes do terceiro trimestre apresentou crescimento de 1,7% em relação ao mesmo período de 2012. No acumulado do ano, verifica-se um crescimento de 0,3%. Este crescimento deve-se ao bom desempenho dos veículos leves que cresceram 6,5% no trimestre e 3,1% no acumulado. Já os veículos pesados apresentaram queda de 1,0% no trimestre e 1,3% no acumulado. Creditamos a queda no desempenho dos veículos pesados, principalmente, ao arrefecimento da economia, que tem impactado diretamente a produção da indústria nacional, diminuído, por consequência, a circulação de mercadorias.

Comentário do Desempenho

A receita operacional da companhia no terceiro trimestre foi superior ao mesmo período de 2012 em 7,8%. No acumulado do ano, este percentual é de 8,2%, já que o faturamento foi impactado positivamente pelo reajuste da tarifa em setembro de 2012.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deliberou pelo reajuste zero das tarifas das concessões federais, mantendo a tarifa básica da companhia em R\$ 12,20. A companhia aguarda o posicionamento da ANTT quanto ao reequilíbrio do contrato de concessão face ao reajuste acima.

Foi apurada como receita de construção R\$ 10.671 sem qualquer impacto no resultado, uma vez que este montante é totalmente anulado com os custos de construção e a adoção de margem zero para os serviços de construção.

Os custos operacionais e despesas administrativas estão R\$ 1.610 (+8,5%) acima dos registrados no terceiro trimestre de 2012. A diferença deve-se, principalmente, a incidência em 2013 de novos custos como o crescimento no quadro de pessoal (R\$ 379), em função da implantação das balanças fixas no Km 71 (jul/12) e no Km 131 (jan/13), do aumento dos serviços de conservação viária (R\$ 514 mil) e dos aumentos relacionados aos reajustes contratuais e salariais, ocorridos após setembro/12.

No acumulado, os custos operacionais e as despesas administrativas superam 2012 em 5,3%. Índice que se apresenta abaixo da inflação dos últimos 12 meses (out/12 a set/13) em 0,56 p.p. Este bom resultado deve-se à redução de custos destacando-se o seguro da rodovia, obtido na renovação da apólice.

Devido a maior receita operacional, o EBITDA apurado no trimestre foi superior em 5,7% que o apurado no mesmo período de 2012. No acumulado do ano, o EBITDA de 2013 é 8,0% superior ao acumulado até setembro de 2012.

O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional, em que pese o utilizarmos ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável ao de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou

Comentário do Desempenho

analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Lucro líquido no trimestre	11.458
Imposto de renda e CSLL	6.026
Participações	6.857
Receitas (despesas) financeiras líquidas	744
Depreciações e Amortizações	4.607
EBITDA ajustado	29.692

DESCRIÇÃO	30.09.2013	30.09.2012
Veículos equivalentes	4.071	4.003
Receita operacional líquida	55.243	47.093
Receitas operacionais	48.657	45.146
PIS, COFINS, ISS e outros	(4.226)	(3.921)
Outras receitas	141	113
Receita de construção	10.671	5.755
Custos e despesas	(25.551)	(19.000)
Custos e despesas	(14.021)	(12.404)
Ônus da concessão	(859)	(841)
Custo da construção	(10.671)	(5.755)
EBITDA	29.692	28.093
<i>EBITDA/receita líquida</i>	<i>53,75%</i>	<i>59,65%</i>
Depreciações e amortizações	(4.607)	(3.281)
Despesas financeiras líquidas ¹	(7.601)	(11.469)
Lucro antes i. renda	17.484	13.343
Imposto de renda/contribuição social ²	(6.026)	(4.836)
Lucro líquido	11.458	8.507
Lucro Líquido/receita líquida	20,74%	18,06%
Receita Líquida Ajustada ³	44.572	41.337
EBITDA Ajustado⁴	29.692	28.093
Margem EBITDA Ajustada	66,62%	67,96%

¹ Inclui remuneração das debêntures

² Contém R\$ 9 de Incentivos fiscais (Lei Rouanet em 2012, exceto 2013)

³ Exclui Receita de Construção

⁴ Exclui Receita e Custo da Construção

Comentário do Desempenho

O lucro líquido por ação no trimestre atingiu R\$ 132,51 (R\$ 98,39 em 2012), justificado pelas variações na receita operacional, nos custos operacionais e despesas administrativas e pelo menor valor de atribuição da remuneração das debêntures.

Os investimentos realizados estiveram em conformidade com o previsto no contrato de concessão. Dentre as obras realizadas e/ou iniciadas destacam-se: as obras da construção da terceira faixa da serra de Teresópolis Trecho III, as obras de recuperação do pavimento da rodovia e as obras de contenção de encostas.

Financiamento

Em 2009 obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em maio de 2012 finalizamos a fase de captação. O saldo a ser amortizado até julho de 2019 é de R\$ 34,4M.

Em agosto de 2012 realizamos o financiamento da construção da balança fixa localizada no Km 131 e de parte da ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho 2B), através da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco ABC BRASIL S.A., no valor de R\$ 9.519. O saldo a ser amortizado até setembro de 2017 é de R\$ 9,4M.

A companhia está solicitando junto ao BNDES novo financiamento no valor de R\$ 52,7M referente ao ciclo de obras previstas no período de 2012 a 2014.

Remuneração das debêntures e distribuição de dividendos

O montante atribuído aos Acionistas e a remuneração dos Debenturistas referente ao resultado do terceiro trimestre de 2013 foi de R\$ 16.842 (Acionistas R\$ 9.985 e Debenturistas R\$ 6.857) 33,7% abaixo do mesmo período de 2012, face a atribuição de 55% do resultado contra 75% em 2012. Esta diferença é atribuída a menor disponibilidade de caixa devido ao desempenho do tráfego, do reajuste zero da tarifa e da postergação da captação do BNDES III que encontra-se em fase final de contratação.

Comentário do Desempenho

Classificação de risco

A Agência classificadora de risco, Fitch Ratings elevou em dezembro de 2012 o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia de 'AA-(bra)' para 'AA(bra)'. Maiores detalhes podem ser vistos no endereço www.fitchratings.com.br.

Recursos humanos

A Companhia encerrou o terceiro trimestre de 2013 com o efetivo de 354 funcionários (334 em 2012), maior parte residente no município de Magé e adjacências. Em 2013 a CRT deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (gestão da saúde e estilos de vida) implementado em 2008, mantendo os benefícios subsidiados de plano médico e seguro de vida, paralelamente ao Vale Transporte e Vale Refeições previstas em Lei. Mantivemos as atividades laborais internas e a política de subvenção educacional.

Responsabilidade social e ambiental

Mantivemos, no terceiro trimestre de 2013, nossa participação de apoio às comunidades carentes ao longo da rodovia, com ações de cunho educativo e de campanhas de doação de agasalhos e alimentos obtendo recepção positiva não só daqueles beneficiados, como também de nossos colaboradores internos e usuários da rodovia.

Mantivemos o convênio pioneiro na região firmado com a Pestalozzi de Magé no apoio a projetos profissionalizantes (oficinas de informática e marcenaria).

Desde 2006, a CRT, por meio da Lei Rouanet, mantém o patrocínio exclusivo do Projeto Som na Serra do Grêmio Musical Guapiense, fundado em 09 de abril de 1956, na cidade de Guapimirim, atendendo atualmente a 80 (oitenta) jovens e adolescentes.

Em 2011 a CRT deu início ao Projeto Olhares, patrocinado por meio da Lei Rouanet. O projeto foi desenvolvido pelo Lar Tia Anastácia com um grupo de 30 meninas, entre 13 e 18 anos, tendo por objetivo utilizar a arte da fotografia para captar a realidade das mulheres da comunidade e estimular a participação na sociedade na luta pelos

Comentário do Desempenho

seus direitos e pelo seu espaço de sonhar e se realizar. O projeto acontece no bairro de São Pedro, especificamente no morro do Rosário em Teresópolis por um período de um ano e conta com a realização de oficinas semanais, abordando técnicas de fotografia profissional, história da comunidade, direitos das mulheres e outros. O projeto finalizou-se com a exposição “Nós, Mulheres do Rosário” na Calçada da Fama, no mesmo município.

Atualmente, o Projeto Olhares conta com a participação de 45 jovens, entre 12 e 21 anos, tendo como foco o resgate histórico e cultural das atividades recreativas e esportivas do bairro do Rosário, com o tema “Cultura e lazer na comunidade: brincar é coisa de criança?”.

Na área ambiental, demos continuidade aos projetos, Fauna Viva e o PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

Auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S, não prestaram durante o período findo em 30 de setembro de 2013 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. “Companhia” cuja sede está localizada na Rodovia BR-116/RJ – Praça do Pedágio, Magé, RJ, foi constituída sob a forma de “sociedade anônima” em Assembleia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão, não onerosa, de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba até Teresópolis Ent. BR-040(A) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Equalização do capital circulante negativo

O capital circulante líquido (CCL) em 30 de setembro de 2013 foi negativo em R\$ 15.229 (R\$ 16.658 em 31 de dezembro de 2012). A melhoria em relação a dezembro/12 é explicada pela redução dos investimentos no terceiro trimestre de 2013 face às chuvas, somado à captação da última parcela de empréstimo (BNDES Automático) no valor de R\$ 1,5M, com vencimento a partir de julho de 2013.

A autorização para conclusão da preparação destas informações trimestrais foi concedida pela Administração da Companhia em 30 de outubro de 2013.

2. Políticas contábeis

2.1. Bases de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis

Notas Explicativas

envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos, subjetivos e no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 30 de setembro de 2013.

As informações trimestrais estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Notas Explicativas

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a atividade da Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos e que o negócio da CRT é a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

2.4. Créditos a receber

Os créditos a receber referem-se, substancialmente, às receitas de pedágio eletrônico administrado por terceiros (AVI), as quais são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Administração não considera duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas.

Notas Explicativas

2.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumulada calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados à infraestrutura da concessão classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada ou prazo de concessão, o que ocorrer primeiro e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas Explicativas

2.7. Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão adicional para recuperação de ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-los e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas Explicativas

2.9. Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65 e 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade	COFINS	3,00 e 7,60%
Imposto Sobre Serviço	ISS	5%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 180 no período de 9 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos e passivos das diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e aos valores recuperáveis decorrentes das diferenças temporárias dedutíveis ao diferimento de créditos fiscais não utilizados fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço trimestral e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço trimestral e são reconhecidos na extensão em que se

Notas Explicativas

torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperado ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço trimestral.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal que os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.10. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas informações trimestrais.

2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos

Notas Explicativas

respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas Explicativas

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base

Notas Explicativas

em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável.

Provisão para manutenção

A Companhia provisionou, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.13. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.14. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Notas Explicativas

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e créditos a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia não possui passivos desta natureza.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Notas Explicativas

2.15. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.16. Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

2.17. Informações por segmento

A Companhia concentra suas atividades na exploração dos serviços previstos no contrato de concessão. A Companhia foi constituída com um propósito específico,

Notas Explicativas

possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.18. Novos Pronunciamentos Contábeis

Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2013

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01 de janeiro de 2013.

CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, de 13 de dezembro de 2012. Não há qualquer efeito desta norma nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto - aprovado pela Deliberação CVM nº 696/12, de 13 de dezembro de 2012. Não há qualquer efeito desta norma nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 45 - Divulgações de participações em outras entidades - aprovado pela Deliberação CVM nº 697/12, de 13 de dezembro de 2012. Não há qualquer efeito desta norma nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 36 – (R3) Demonstrações consolidadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 698/12, de 20 de dezembro de 2012. Não há qualquer efeito desta norma nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 46 – Mensuração do valor justo - aprovado pela Deliberação CVM nº 699/12, de 20 de dezembro de 2012. Seus efeitos são aplicados conforme descrito no item 2.14.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

3. Contrato de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-40/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. O convênio destina 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 186.091, como segue (dados em milhares de reais):

	2013	2014	2015	2016 a 2021	Total
Investimentos – PER	54.179	57.503	19.068	55.341	186.091

Notas Explicativas

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além da adoção do IPCA em substituição a fórmula paramétrica, originariamente prevista no contrato de concessão.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.2013	31.12.2012
<u>Caixa e Bancos:</u>	2.371	2.476
<u>Aplicações Financeiras:</u>		
Banco Bradesco S.A	3.071	-
Banco Votorantim S.A.	2.217	3.635
Caixa Econômica Federal	1.577	4
	6.865	3.639
Total	9.236	6.115

As aplicações financeiras em CDB/DI de alta liquidez, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos médios de 102% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos se equipara ao seu valor de mercado.

5. Créditos a receber

	30.09.2013	31.12.2012
Pedágio	15	-
Via Fácil	8.239	7.790
Auto Expresso	64	98
Dbtrans	880	791
Visa Vale	392	405
PEX	5	-
Total	9.595	9.084

A Companhia desde o ano 2009, vem operando com o sistema de cobrança automática de pedágio Via fácil e em 2011, com o sistema DBTRANS, sendo os valores recebíveis em até 45 e 30, dias respectivamente, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário. No terceiro trimestre de 2013, a companhia aderiu novo sistema de cobrança de pedágio, denominado PEX – Passe Expresso, cujos valores recebíveis em até 30 dias, subsequentes ao mês do

Notas Explicativas

registro da passagem pelo usuário. Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos estão representados por valores a vencer e não há provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e histórico de perdas significativas com estes créditos.

6. Impostos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar

	30.09.2013	31.12.2012
Imposto de Renda e Contribuição Social	94	94
PIS e COFINS	324	321
Circulante	<u>418</u>	<u>415</u>

b) Impostos, taxas e contribuições a recolher

	30.09.2013	31.12.2012
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.312	9.242
PIS e COFINS	603	631
ISS	974	1.070
ICMS	25	17
IRRF	9	13
Circulante	<u>9.923</u>	<u>10.973</u>

c) Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro – e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores.

Notas Explicativas

Os fundamentos dos ativos e passivos fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

	30.09.2013			31.12.2012
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Ativo				
IR e CS diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	557	200	757	834
IR e CS diferidos s/ Prov. Contingências	827	205	1.032	1.063
Ativo não circulante	1.384	405	1.789	1.897
Passivo				
IR e CS diferidos s/ Receitas Financeiras	1.098	394	1.492	1.519
IR e CS diferidos s/ Amortização Intangível	1.799	648	2.447	2.008
Passivo não circulante	2.897	1.042	3.939	3.527
Passivo Líquido	1.513	637	2.150	1.630

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	30.09.2013	30.09.2012
Lucro antes da tributação	59.550	54.766
Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido (34%)	20.247	18.620
Ajustes para demonstração da taxa efetiva		
adições e exclusões permanentes	788	913
Incentivos fiscais	(177)	(161)
Outros	(291)	208
Despesas de Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido	20.567	19.580
Taxa efetiva	34,54%	35,75%

Notas Explicativas**7. Imobilizado**

CUSTO		Saldo em 31.12.2011	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2012
Bens Próprios						
Máquinas, Eq. e Sist. Controle de Ponto		1.498	218	(3)		1.713
Edificações		233				233
Veículos		528	9			537
Processamento de Dados e Hardware		627	79			706
Móveis e Utensílios		274	116			390
Ferramentas		18	2			20
Instalações e Instalações Elétricas		134				134
Usina		31	1			32
Instalações Elétricas Usina		94				94
Refeitório e Cozinha Industrial		-			812	812
Projeto BI		-			161	161
Terrenos		35				35
		<u>3.472</u>	<u>425</u>	<u>(3)</u>	<u>973</u>	<u>4.867</u>
Benfeitorias						
Imobilizações em Curso		368	1.868	(4)	(973)	1.259
		<u>368</u>	<u>1.868</u>	<u>(4)</u>	<u>(973)</u>	<u>1.259</u>
Imobilizado Bruto		<u>3.840</u>	<u>2.293</u>	<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>6.126</u>
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	Taxa % a.a	Saldo em 31.12.2011	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2012
Bens Próprios						
Máquinas, Eq. e Sist. Cont. de Ponto	10%	(777)	(60)			(837)
Outras Imobil. Próp. e Benf. Bens Terc.	10 a 20%	(251)	(88)			(339)
Edificações	4%	(126)	(9)			(135)
Veículos	20%	(273)	(108)			(381)
Processamento de Dados e Hardware	20%	(513)	(102)			(615)
Sistema De Controle De Ponto/Acesso	10%	(4)	(3)			(7)
Móveis e Utensílios	10%	(130)	(25)			(155)
Instalações e Instalações Elétricas	10%	(90)	(6)			(96)
Instalações e Ins. Elétricas - Usina	10%	(91)	(1)			(92)
Refeitório e Cozinha Industrial	12%	-	(24)			(24)
		<u>(2.255)</u>	<u>(426)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.681)</u>
Imobilizado Líquido		<u>1.585</u>	<u>1.867</u>	<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>3.445</u>

Notas Explicativas

CUSTO		Saldo em 31.12.2012	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 30.09.2013
Bens Próprios						
Máquinas, Eq. e Sist. Controle de Ponto		1.713	220	(23)	448	2.358
Edificações		233				233
Veículos		537	441	(448)		530
Processamento de Dados e Hardware		706	28	(10)	9	733
Móveis e Utensílios		390	38	(7)		421
Refeitório e Cozinha Industrial		812		(1)		811
Projeto BI		161				161
Terrenos		35				35
Outras		280	8		409	697
		<u>4.867</u>	<u>735</u>	<u>(489)</u>	<u>866</u>	<u>5.979</u>
Benfeitorias						
Imobilizações em Curso		1.259	870		(866)	1.263
		<u>1.259</u>	<u>870</u>		<u>(866)</u>	<u>1.263</u>
Imobilizado Bruto		<u>6.126</u>	<u>1.605</u>	<u>(489)</u>	<u>-</u>	<u>7.242</u>
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	Taxa % a.a	Saldo em 31.12.2012	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 30.09.2013
Bens Próprios						
Máquinas, Eq. e Sist. Cont. de Ponto	10%	(837)	(106)	6	(337)	(1.274)
Outras Imobil. Próp. e Benf. Bens Terc.	10 a 20%	(339)	(91)		430	-
Edificações	4%	(135)	(8)			(143)
Veículos	20%	(381)	(24)	277		(128)
Processamento de Dados e Hardware	20%	(615)	(60)	4		(671)
Projeto BI	20%	-			(81)	(81)
Sistema De Controle De Ponto/Acesso	10%	(7)			7	-
Móveis e Utensílios	10%	(155)	(25)	2		(178)
Refeitório e Cozinha Industrial	12%	(24)	(71)			(95)
Outras	10%	(188)	(5)		(19)	(212)
		<u>(2.681)</u>	<u>(390)</u>	<u>289</u>	<u>-</u>	<u>(2.782)</u>
Imobilizado Líquido		<u>3.445</u>	<u>1.215</u>	<u>(200)</u>	<u>-</u>	<u>4.460</u>

De acordo com o CPC01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas**8. Intangível**

CUSTO - INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2011	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2012
Ativo Intangível					
Concessão	267.792	42.468	(252)		310.008
Software	260	106			366
Outros	53				53
Intangível Bruto	268.105	42.574	(252)	-	310.427

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	Saldo em 31.12.2011	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2012
Amortização do Ativo Intangível					
Concessão	(124.289)	(13.389)	252		(137.426)
Software	(197)	(30)			(227)
Outros	(17)	(10)			(27)
	(124.503)	(13.429)	252	-	(137.680)
Intangível Líquido	143.602	29.145	-	-	172.747

CUSTO - INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2012	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 30.09.2013
Ativo Intangível					
Concessão	310.008	28.034	(1.002)	(24)	337.016
Software	366	44			410
Outros	53			24	77
Intangível Bruto	310.427	28.078	(1.002)		337.503

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	Saldo em 31.12.2012	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 30.09.2013
Amortização do Ativo Intangível					
Concessão	(137.426)	(13.092)	1.002		(149.516)
Software	(227)	(32)			(259)
Outros	(27)	(10)			(37)
	(137.680)	(13.134)	1.002	-	(149.812)
Intangível Líquido	172.747	14.944	-	-	187.691

De acordo com o CPC 01(R1), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do Intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos ou intangíveis com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

Notas Explicativas

Até 30 de setembro de 2013, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento da aquisição do direito de exploração no montante de R\$ 305.

9. Empréstimos e financiamentos

	30.09.2013		31.12.2012	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDES	10.486	33.404	9.075	39.490

O empréstimo trata de Contrato de Financiamento destinado à melhoria da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, no período de 2008 a 2012. A totalidade do crédito concedido está dividida em: sub crédito A – R\$ 27.752, B – R\$ 11.894, C – R\$ 8.542 e D – R\$ 3.661 totalmente levantados.

Sobre os sub créditos A e C incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os sub créditos B e D incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1% ao ano. Os sub créditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os sub créditos B e D foram utilizados até 31 de maio de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013, cujos encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo.

Obteve como garantia carta de fiança emitida pelo Bradesco S.A. com vencimento em 22 de agosto de 2013, substituída por novas cartas de fianças, cujos vencimentos ocorrerão em 27 de fevereiro de 2014 e 10 de abril de 2014.

A companhia firmou contrato de abertura de crédito fixo, modalidade, Produto BNDES automático, tendo como agente financeiro o Banco ABC Brasil S.A. A destinação dos recursos está sendo aplicada na realização das obras da Rodovia BR 116, na Construção de um posto de pesagem - Balança Fixa, Km 131 e no trecho II B – Ampliação da capacidade de subida da Serra compreendido entre os Km 97,46 e Km 99,02.

Notas Explicativas

A totalidade do crédito está dividida em: sub créditos A – R\$ 5.439, B – R\$ 1.360, C – R\$ 2.720 – totalmente liberados, cujos encargos financeiros foram registrados no passivo.

Sobre o sub crédito A, incidirão juros de 4,3% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1,0% ao ano.

Sobre os sub créditos B e C, incidirão juros de 4,3% ao ano acima da Taxa Variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, sem vinculação a repasse em condições específicas, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros.

Os investimentos financiados foram finalizados em dezembro de 2012, e a última “tranche” ocorreu em fevereiro de 2013, já que as liberações são realizadas pelo sistema de “reembolso”.

A amortização do financiamento iniciou-se em 15 de julho de 2013 e será finalizada em 15 de setembro de 2017.

Possui como garantia Nota Promissória emitida pelo Banco ABC Brasil S.A com vencimento à vista e prazo de apresentação para pagamento de até 08 (oito) anos contados da data de sua emissão.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) nos contratos em questão.

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	30.09.2013	31.12.2012
BNDES		
2014	2.582	9.884
2015	10.326	9.884
2016	10.326	9.884
2017	7.198	6.866
2018	1.877	1.877
2019	1.095	1.095
Total Longo Prazo	33.404	39.490

Notas Explicativas

A CRT comprovou a inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, conforme critério do BNDES pudesse comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES.

10. Salários, provisões e contribuições

	30.09.2013	31.12.2012
Provisões Trabalhistas	1.937	1.136
Encargos Trabalhistas	625	489
Imposto de Renda Retido na Fonte	68	61
Participação no Resultado	1.129	1.591
Benefícios	19	13
Outros	166	188
Circulante	3.944	3.478

11. Obrigações legais decorrentes de processos judiciais

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas e tributárias. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro. A Administração, portanto, não acredita, na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro.

Composição e movimentação do saldo

	Saldo Inicial 31.12.2012	Baixas	Saldo Final 30.09.2013
Trabalhistas	1.415	(34)	1.381
Cíveis	928	(35)	893
Fiscais	20	(20)	-
Valor Provisionado	2.363	(89)	2.274

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

Notas Explicativas

- (i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Apesar de o atual estágio processual ser de difícil previsibilidade acerca dos valores envolvidos, a Companhia mantém sistemática de avaliação das contingências envolvidas. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos.

- (ii) Ação cível pública nulidade do contrato

Anulação do Contrato de Concessão, por meio de Ações populares, sob alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias na Rodovia.

- (iii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$ 400. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

c) Processos fiscais

Os processos são oriundos do município de Teresópolis, na importância de R\$ 20, que foram contestados e que, atualmente, encontram-se extintos por ocasião do acordo estabelecido entre a companhia e o município de Teresópolis, razão pela qual foi baixada provisão constituída anteriormente.

Notas Explicativas

12. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

O saldo da provisão em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 2.228 (R\$ 2.454 em 31 de dezembro de 2012).

13. Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26/12/2001 com as seguintes características, resumidas:

Forma e espécie:	Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.
Quantidade de títulos:	23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.
Valor da emissão (em R\$):	A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão.
Valor nominal (em R\$):	As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 560,55, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949.
Data de emissão:	31 de dezembro de 2001.
Vencimento final:	Somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da Emissora, por qualquer razão,

Notas Explicativas

conforme facultado pelo art. 55, §3º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto no item 1.20.

Prêmio de emissão (em R\$): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2,1653 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014.

Conversibilidade: As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

Cada debênture terá direito a participação nos lucros da Companhia, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída aos seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura das debêntures na data de encerramento das informações trimestrais. A Administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo, poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

Notas Explicativas

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. As demais debêntures não vendidas foram canceladas no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, seus aditivos e o Prospecto de Distribuição encontram-se arquivados na CVM para consulta dos investidores.

14. Outras obrigações

	30.09.2013	31.12.2012
Comissões sobre fianças	341	264
Verba de fiscalização	253	239
Arrendamento Mercantil	-	13
Adiantamento de clientes	63	338
Outras contas a pagar	138	364
Danos à rodovia a executar	-	2.980
Circulante	795	4.198

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 63.320, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2013, foi deliberado o aumento de R\$ 8.920 no capital social autorizado da Companhia, passando a ser de R\$ 63.320, mediante utilização de Reserva Lucros e Reserva de Capital.

Notas Explicativas

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	30.09.2013						31.12.2012	
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S/A - INVEPAR	17.992	36,88	3.546	9,41	21.538	24,91	21.538	24,91
CCNE Carioca Concessões S/A	10.262	21,03	8.202	21,77	18.464	21,35	18.464	21,35
STRATA Construções e Concessionárias Integradas S/A	8.567	17,57	5.800	15,39	14.367	16,62	14.367	16,62
Queiroz Galvão Participações - Concessões S/A	10.262	21,03	—	—	10.262	11,87	10.262	11,87
Construtora Queiroz Galvão S/A	—	—	8.201	21,76	8.201	9,48	8.201	9,48
CRT - Fundo de Investimento em Participações	—	—	9.524	25,28	9.524	11,02	9.524	11,02
M.&G. Consultoria e Participações	—	—	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Conselheiros	8	0,02	6	0,02	14	0,02	14	0,02
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

b) Dividendos

b.1) Antecipação de dividendos

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto em Lei.

Consta também no estatuto social que os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação dos dividendos obrigatórios.

Notas Explicativas

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como se segue:

	30.09.2013	31.12.2012
Lucro líquido do período	38.983	48.379
Reserva legal	(1.949)	(2.419)
Base de cálculo	37.034	45.960
Percentual do dividendo	25%	25%
Valor do dividendo obrigatório	9.258	11.490
Dividendos adicionais propostos	-	7.898
Dividendos pagos	3.933	-
Dividendos a pagar	5.325	-
Total de dividendos	9.258	19.388

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão, tendo sido constituída até 30 de setembro de 2013 R\$ 1.836 (R\$ 2.241 em 2012).

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia, tendo sido constituída até 30 de setembro de 2013 R\$ 1.949 (R\$ 1.759 em 2012).

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, tendo sido constituída até 30 de setembro de 2013 R\$ 370 (R\$ 334 em 2012). É limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

c.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, tendo sido constituída até 30 de setembro de 2013 R\$ 1.852

Notas Explicativas

(R\$ 1.671 em 2012). É limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária. O valor constituído até 30 de setembro de 2013 corresponde a R\$ 23.718 (R\$ 20.824 em 2012).

16. Receita operacional, líquida

	30.09.2013	30.09.2012
Receita bruta de pedágio	140.642	129.972
Receita de contrato de construção	26.931	25.688
Dedução da receita	(12.218)	(11.289)
Receita líquida	<u>155.355</u>	<u>144.371</u>

17. Despesas administrativas

	30.09.2013	30.09.2012
Despesas com pessoal	5.006	4.204
Serviços de terceiros	2.148	1.620
Desp. de materiais, equipamentos e veículos	817	670
Despesas gerais	4.507	4.352
Despesas de remuneração de dirigentes	871	816
Total	<u>13.349</u>	<u>11.662</u>

18. Receitas e despesas, financeiras

	30.09.2013	30.09.2012
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	(2.323)	(1.958)
Despesas bancárias	(518)	(431)
Outros	(442)	(23)
	<u>(3.283)</u>	<u>(2.412)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	359	256
Variação monetária ativa	36	30
Descontos obtidos	30	36
	<u>425</u>	<u>322</u>
Remuneração de Debenturistas	(9.559)	(12.827)
Total	<u>(12.417)</u>	<u>(14.917)</u>

Notas Explicativas

19. Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados

a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)

Além da participação dos debenturistas, prevista na Escritura de Emissão de Debêntures registrada na CVM, a Companhia, tradicionalmente, atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra “h”, do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes. Do montante provisionado, a título de participação nos resultados em 30 de setembro de 2013, totalizando R\$ 10.852 (R\$ 14.117 em 2012), foram atribuídos aos debenturistas R\$ 9.559 (R\$ 12.827 em 2012) e aos empregados e diretores, R\$ 1.293 (R\$ 1.290 em 2012).

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2013, foi proposto o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 2.800.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas) a composição é a seguinte:

	30.09.2013			30.09.2012		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	802	69	871	735	81	816
Bônus variáveis (i)	452		452	488		488
Outros	50		50	35		35
Total	1.304	69	1.373	1.258	81	1.339

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

Notas Explicativas

A Companhia não possui quaisquer tipos de transação com partes relacionadas.

20. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2013 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

Devido à alta liquidez e/ou curto prazo para amortização, o valor de mercado das disponibilidades, contas a receber, fornecedores e debêntures equivalem ao valor contábil.

Notas Explicativas

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

A companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

Operação	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira	6.865	6.865	6.865
Taxa anual estimada do CDI	8,71%	10,89%	13,07%
Efeito anual no caixa líquido	598	747	897

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

(c.1) BNDES I

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 1,8%	18.641	19.059	19.477
BNDES Sub-Crédito B	TJLP + 2,8%	8.132	8.312	8.491
BNDES Sub-Crédito C	TJLP + 1,8%	9.252	9.544	9.836
BNDES Sub-Crédito D	TJLP + 2,8%	4.065	4.190	4.315
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		5,00%	6,25%	7,50%

(c.2) BNDES II

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES Automático				
BNDES Sub-Crédito A	TJLP + 5,30%	6.240	6.376	6.512
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		5,00%	6,25%	7,50%
BNDES Sub-Crédito B	UMBNDDES + 4,30%	1.864	1.941	2.018
BNDES Sub-Crédito C	UMBNDDES + 4,30%	3.728	3.882	4.036
Referência para passivos financeiros UMBNDDES (% ao ano)		10,15%	12,69%	15,22%

Notas Explicativas

(d) Taxas de câmbio

A companhia não possui operações de câmbio.

(e) Derivativos

No período encerrado em 30 de setembro de 2013, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Em 2013, a Companhia revisou a estratégia em relação à de 2012, flexibilizando o índice de alavancagem financeira entre 0,20 e 1,00. Os índices de alavancagem financeira em, 30 de setembro de 2013 e, em 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumariados:

	30.09.2013	31.12.2012
Debêntures (Nota 13)	7.668	7.668
Total dos empréstimos (Nota 9)	43.890	48.565
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(9.236)	(6.115)
Dívida líquida	<u>42.322</u>	<u>50.118</u>
Total do patrimônio líquido	<u>133.185</u>	<u>109.272</u>
Total do capital	<u>175.507</u>	<u>159.390</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>0,24</u>	<u>0,32</u>

Notas Explicativas

21. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e de 2012.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	30.09.2013			30.09.2012		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	21.077	17.906	38.983	19.024	16.162	35.186
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
Lucro Básico e Diluído por ação (R\$)	432,02	475,22	450,85	389,94	428,94	406,93

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais. A companhia não possui instrumentos diluidores e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 e 2012, não há diferença entre o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

Notas Explicativas

22. Coberturas de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agência Nacional de Transportes Terrestres – antigo DNER - compreendendo a totalidade da Rodovia BR 116-RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram o seguinte em 30 de setembro de 2013:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil	7.000	12.08.13 à 12.08.14	Aig
Risco Engenharia	41.880	31.07.12 à 31.12.14	Itaú/Liberty
Riscos Operacionais	45.000	11.07.13 à 11.07.14	Argo
Garantia	14.659	22.11.12 à 22.11.13	Banco Fator
Adm. e Diretores	20.000	15.02.13 à 15.02.14	Chartis
Multirisco Empresarial	4.200	11.07.13 à 11.07.14	Argo

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta.

Em fevereiro de 2013 houve um sinistro nas proximidades do km 50 da rodovia. A área de abrangência deste sinistro está coberta por apólices de seguro, e no presente momento a Administração não estima que serão incorridos gastos significativos pela Companhia que não estejam amparados pelas respectivas apólices, descontadas, quando aplicáveis, as franquias correspondentes.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A companhia tem como política não divulgar as projeções dos seus resultados de curto e longo prazo.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1 - Projetos de Investimentos

a) Terceira faixa na serra

A Serra de Teresópolis receberá a terceira faixa de rolamento em 12 de seus 14 quilômetros. O projeto, previsto no contrato de concessão, foi liberado pelos órgãos reguladores e ambientais para sua execução, tendo a CRT iniciado sua construção, em abril de 2010.

A primeira fase do projeto foi concluída em setembro/2011 e foi iniciada a obra do segundo trecho, do Km 100 ao Km 97.

A segunda fase do projeto foi concluída em julho de 2012. Em agosto/12 iniciaram-se as obras do terceiro trecho, do Km 97 ao Km 94, com previsão de encerramento em dez/2013.

Terceira faixa dará maior fluidez ao tráfego da serra

Histórico

O trecho da Serra dos Órgãos (do Km-104 ao Km-90) completou 50 anos de construção em 2009 e, apesar das melhorias e da permanente manutenção, as restrições geográficas e o fato de estar dentro de uma unidade federal de conservação ambiental permanente, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, impediram que grandes obras fossem realizadas desde a sua inauguração.

Saturação

Nos últimos anos, com o aumento do fluxo de veículos, esse trecho passou a apresentar saturação na sua capacidade de absorver o tráfego no local. Como resultado, a fluidez da via e a sua segurança rodoviária vêm se deteriorando ano a ano.

Licenças e autorizações

Embora, de acordo com o contrato de concessão, a obra de construção da terceira faixa na Serra estivesse prevista para ser iniciada há alguns anos, foi necessário aguardar até que diversas avaliações - sobre a obra frente à legislação ambiental brasileira - fossem concluídas e, posteriormente, pela minuciosa análise técnica e

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

ambiental do projeto por parte dos órgãos reguladores para que as licenças e autorizações necessárias para o seu início fossem concedidas.

Início das obras e benefícios

Em abril de 2010, a CRT iniciou a construção de uma terceira faixa na Serra, que irá contemplar 12 dos seus 14 quilômetros de extensão. Essa nova configuração permitirá que veículos lentos utilizem a nova faixa da direita, dando passagem aos veículos mais rápidos. Desta forma, a capacidade de absorção dos veículos que por ali trafegam será significativamente aumentada, proporcionando maior fluidez e, principalmente, mais segurança aos usuários. Os benefícios se estendem aos municípios servidos pela rodovia, cuja economia será ajudada pela eliminação de um gargalo que interfere no escoamento dos seus produtos e pela melhoria da infraestrutura para o desenvolvimento econômico e da vocação turística da Região Serrana.

Intervenções em etapas

Para evitar que a realização de uma obra com tal complexidade, em um trecho onde é impossível a criação de desvios ou rotas alternativas próximas, comprometa excessivamente a fluidez na região e o bem-estar dos usuários, a CRT e a ANTT realizaram um planejamento que prevê as intervenções em etapas, dividindo o trecho em quatro segmentos.

Após a conclusão de cada segmento, a obra avançará de forma a reduzir ao máximo a abrangência e a extensão dos transtornos na região. Essa decisão aumenta o prazo de conclusão da obra, mas atenua o desconforto de quem usa a rodovia.

Pesquisas realizadas pelo IBOPE nos últimos anos indicam que a grande maioria dos motoristas (90%) é favorável e desejam a realização da obra, mesmo informados dos inconvenientes que as intervenções poderiam causar, já que haverá retenções médias ou intensas, dependendo do horário, do período do ano ou das condições de uso da rodovia.

Vale destacar que, em função de restrições ambientais e geológicas, em alguns pequenos trechos o traçado original não será alterado.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Preservação ambiental

Parte significativa das intervenções irá ocorrer em trechos de uma das mais antigas e importantes unidades de conservação ambiental permanente do Brasil, o PARNASO (Parque Nacional da Serra dos Órgãos).

Ações preventivas relativas ao meio ambiente para a execução da obra.

- Não haverá canteiro de obras na Serra. Será utilizada a Base de Manutenção e Conservação da CRT, localizada no Km-105 da rodovia.
- Os resíduos gerados durante a obra serão segregados conforme sua classe, armazenados em caçambas estacionárias e destinados a locais de descarte apropriados.
- Será contratada uma empresa para supervisão ambiental que disponibilizará, entre outros, um técnico ambiental de campo que irá atuar de forma permanente nas frentes de trabalho, acompanhando e aferindo medidas de proteção ambiental que deverão ser implementadas. Essa equipe irá assegurar a execução das ações planejadas de preservação ambiental, se antecipando a desdobramentos indesejáveis, assim como a adoção de medidas de controle.
- Serão implantados dispositivos para a contenção de sedimentos que possam ser liberados durante a obra.
- Será feita a capacitação técnica ambiental para engenheiros, encarregados, mestres de obras e operários das diversas frentes de trabalho.
- Os equipamentos serão dotados de caixas de contenção para evitar possíveis derramamentos de óleo ou graxa.
- As margens dos rios serão devidamente protegidas com telas e tapumes para evitar que qualquer material seja carreado para dentro dos mesmos.
- Para assegurar a preservação do trecho, será feito o monitoramento das condições da água e do ar antes, durante e após a conclusão da obra.
- Como em todas as obras, serão instalados banheiros químicos para os funcionários, inclusive na Serra.
- Os caminhões utilizados para transportar materiais (agregados) para a obra, bem como na destinação dos resíduos gerados, terão lonas de cobertura para evitar emissão de material particulado para a atmosfera.
- Maiores esclarecimentos podem ser obtidos no site www.crt.com.br.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

b) Demais projetos

Como já comentado em outras seções, continuamos na expectativa da liberação do poder concedente de modo que possamos cumprir o programa de investimentos deste ano.

Dentre as obras e serviços concluídas e em andamento no trimestre, destacamos:

1 – Serviços de Conservação e Manutenção

- Serviços de roçada, capina, poda, manutenção e desobstrução de sistema de drenagem / Manutenção de encostas / Implantação e manutenção cercas / Pavimento rígido Km 97 ao Km 94 P1 (80%) / Implantação de dreno profundos Km 15 (90%) / Pintura suportes sinalização vertical (placas) Km 144 ao Km 114 Pista 1 e Pista 2 (20%);
- Manutenção do sistema elétrico: Passarelas / PNs / Sede / BOP / BCM / Usina / BCM 105/ Iluminação Pública Canteiro Central;
- Reparos em cercas delimitatórias na Faixa de Domínio: Total = 2.518 metros;
- Manutenção de Encostas;
- Manutenção da Sinalização Horizontal: Total = 4.269 m² de pintura, 869 tachas;
- Manutenção da Sinalização Vertical: Total = 82 placas, 0 delineadores, 0 Sirex;
- Barreira de Proteção: 126 defensas metálicas e 74,40 m de barreira rígida;
- Manutenção do Pavimento Flexível: Entre o Km 144 e o Km 104 Pista 1 e Pista (100%) / Km 40 ao Km 18 Pista 1 e Pista 2 (15%).

2 - Manutenções do Sistema de Monitoração

- Drenagem e Obras de Arte Correntes - Ao longo da Rodovia (74%);
- Sinalização Horizontal - Ao longo da Rodovia (90%);
- Sinalização vertical - Ao longo da Rodovia (70%);
- Edificações - Ao longo da Rodovia (60%);
- Pavimento Rígido - Ao longo da Rodovia (100%);
- Obras de Arte Especiais - Ao longo da Rodovia (100%);
- Pavimento Flexível - Ao longo da Rodovia (100%);
- Dispositivos de Segurança - Ao longo da Rodovia (83%);
- Faixa de Domínio - Ao longo da Rodovia (75%);

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

- Sistemas Operacionais e Níveis de Serviços
- Execução do Programa de monitoramento dos animais atropelados (FAUNA VIVA) e da Qualidade do Ar, água e Poluição Sonora – Ao longo da área do PARNASO.

3 – Diversos

- Ampliação de Capacidade de Subida da Serra Trecho III: (95%);
- Recuperação de Placas do Pavimento Rígido: Km 94 ao Km 97 (90%)
- Contenções de Encostas: Km 29 (90%) / Km 93,7 (20%) / Km 97,15 (10%) / Km 105,9 (5%);
- PRAD: através do plantio de mudas de mata Atlântica Km 87 - Pista 1 - Manutenção;
- Obras Emergenciais concluídas: Km 69,5 / Km 81;
- Obras Emergenciais em curso: Km 49,8 (98%) / Km 52 (98%);
- Reconstrução do Pavimento: Km 89 ao Km 71 (5%);
- Implantação de Drenagem Profunda: Km 89 ao Km 71 (40%);
- Recuperação Estrutural: Ponte sobre o Rio Soberbo- Km 97,1 (40%) / Ponte sobre o Ribeirão Santa Rita Km 69,5 (5%);
- Alargamento e Reforço: Pontilhão sobre a Grotta do Inferno Km 94,8 (90%) / Ponte sobre o Rio Soberbo- Km 97,1 (12%);
- Implantação de Passarela: Km 142 (15%).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Concessionária Rio-Teresópolis S.A. - CRT
Rio de Janeiro, RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rio-Teresópolis S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor financeiro e de relações com investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na rodovia BR 116 s/nº - km 133,5 no bairro de Piabetá, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Concessionária relativas ao período findo em 30 de setembro de 2013.

Magé, 30 de outubro de 2013

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor financeiro e de relações com investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na rodovia BR 116 s/nº - km 133,5 no bairro de Piabetá, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com o relatório de revisão da Ernst Young Terco Auditores Independentes S.S, relativamente às informações trimestrais da Concessionária referente ao período iniciado em 01 de julho de 2013 e findo em 30 de setembro de 2013.

Magé, 30 de outubro de 2013.

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores